



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

CORRIGINDO OS ERROS DO PASSADO:

Inclusão e permanência de estudantes fora da faixa etária padrão, entre a educação formal ao Ensino Superior

LILIAN APARECIDA DE OLIVEIRA¹
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

ROBERTA PACHECO CAETANO BORGES²
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

DAELCIO FERREIRA CAMPOS MENDONÇA³
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

Este estudo analisa a inclusão e permanência de estudantes fora da faixa etária padrão (18 a 29 anos) no ensino superior, com foco nas universidades públicas brasileiras. A pesquisa abordou os desafios enfrentados por esse público e os apoios recebidos para garantir sua permanência e sucesso acadêmico. Para isso, foram realizadas entrevistas com 10 estudantes e 3 gestores de instituições de ensino superior, buscando identificar as políticas e práticas adotadas pelas universidades. Os resultados indicam que os principais desafios enfrentados pelos estudantes incluem a adaptação acadêmica, as barreiras financeiras e a integração social. Em contrapartida, os apoios recebidos, principalmente os financeiros e de mentoria, desempenham um papel crucial na continuidade dos estudos desses alunos. As entrevistas com gestores apontaram a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que promovam ambientes inclusivos e programas específicos para esse público. A pesquisa destaca a importância de criar estratégias de apoio, como cursos preparatórios, programas de estágio e apoio psicológico, para garantir que os estudantes fora da faixa etária padrão consigam superar os obstáculos e alcançar o sucesso acadêmico.

Palavras-chave: Política Pública Educacional; Ensino Superior; Estudantes Fora da Faixa Etária Padrão; Inclusão; Permanência.

Introdução

A inclusão de estudantes fora da faixa etária padrão (18 a 29 anos), uma definição comumente utilizada em estudos e políticas públicas voltadas para a juventude, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, na educação

¹ Graduanda em Licenciatura do curso de Pedagogia na Instituição Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista de iniciação científica pela FAPESB. Itapetinga-Bahia, Brasil. E-mail: lilianoliveira7447@gmail.com.

² Especialista em Leitura e Produção Textual aplicadas à Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO). Técnica em Atendimento Educacional Especializado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Itapetinga, Bahia, Brasil. E-mail: robertacaetanoborges@hotmail.com

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/FACED). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Itapetinga, Bahia, Brasil. Email: daelcio.ferreira@uesb.edu.br



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

superior é um desafio que reflete desigualdades históricas e sociais no Brasil. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, e a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), o direito a todos à educação deve ser garantido aos cidadãos, sem discriminação de idade. Esse direito é reforçado pela necessidade de superar barreiras como a entrada precoce no mercado de trabalho, responsabilidades familiares e o acesso do país limitado a uma educação básica de qualidade, o que compromete a continuidade dos estudos em idade regular. Essas barreiras fazem parte de um quadro mais amplo de exclusão social e econômica que impede a realização plena do direito à educação.

O Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE-2014), instituído pela Lei nº 13.005/2014, busca mitigar essas desigualdades ao traçar metas que visam à inclusão e permanência de diferentes perfis de estudantes no ensino superior. Entretanto, para que essas metas sejam realmente efetivas, é necessário um aprimoramento das políticas e estratégias existentes, levando em conta as especificidades de públicos como os estudantes fora da faixa etária padrão. Este trabalho se propõe a analisar como o PNE-2014 pode ser aprimorado para aumentar a inclusão e a permanência desses estudantes, considerando os desafios e barreiras que enfrentam. Além disso, será realizado um estudo de caso do Plano Municipal de Educação (PME-2015) de Itapetinga-BA, com o objetivo de investigar como as políticas locais interagem com as diretrizes nacionais e quais práticas têm sido implementadas para atender a esse público.

A inclusão de adultos fora da faixa etária padrão no ensino superior pode contribuir para uma maior qualificação da mão de obra e promover uma mobilidade social significativa, melhorando a vida desses cidadãos e fortalecendo a economia nacional. Nesse contexto, o alinhamento das políticas educacionais brasileiras com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4, é crucial para garantir que o país avance em termos de equidade e justiça social.

Outro aspecto relevante abordado é a necessidade de um monitoramento contínuo e rigoroso dos Planos Decenais de Educação, conforme destacado por Draibe (2001). A eficácia das políticas educacionais depende de processos robustos de avaliação e prestação de contas, que permitam ajustes e correções de curso quando necessário.

O presente trabalho, ao analisar a situação de Itapetinga, pretende oferecer contribuições práticas para a melhoria desses processos, com foco na inclusão e permanência de estudantes fora da faixa etária padrão no ensino superior. Dessa forma, este estudo não



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

apenas propõe uma reflexão sobre as lacunas e oportunidades de aprimoramento das políticas educacionais brasileiras, mas também busca identificar boas práticas que possam ser replicadas em diferentes contextos, visando uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos.

O Direito à Educação Para Todos, Independente Da Geração

A educação, independentemente da faixa etária, é um direito fundamental garantido pelas legislações nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Esses documentos estabelecem a educação como um direito essencial ao pleno desenvolvimento humano e um caminho para a inclusão social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída em 1996, reafirma esse direito, orientando que ele se estende a todos os cidadãos, incluindo jovens e adultos que, por diversos motivos, não puderam concluir a educação formal em idade regular (Brasil, 1996). A LDB, em seu §1º do Art. 37, destaca a importância de garantir oportunidades educacionais para esses indivíduos, considerando as suas condições de vida e de trabalho, de modo que possam reintegrar-se ao sistema de ensino e alcançar a qualificação desejada.

O direito à educação para todas as idades é uma das bases para a construção de sociedades mais justas e democráticas, onde a formação cidadã, o desenvolvimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais são fortalecidos. Autores como Adam Smith, ao longo da história, enfatizaram a educação básica como um interesse de toda a sociedade e atribuíram ao Estado a responsabilidade de incentivo e facilitar o acesso à instrução. Para Smith, a educação básica representa um benefício público essencial, pois contribui para a formação de cidadãos capazes de tomar decisões informadas e participar da sociedade, além de ser uma barreira contra a "degeneração social", que ele via como uma consequência de uma população sem instrução (Smith, 1983).

Karl Marx (2000), por outro lado, abordou a importância da educação primária de uma perspectiva socioeconômica. Para Marx, a educação é uma ferramenta de emancipação para os trabalhadores e um antídoto contra a alienação e a exploração provocadas pela divisão do trabalho. Segundo ele, a falta de instrução impede o trabalhador de compreender seu papel na sociedade e, assim, reforçar as estruturas de dominação (Marx, 2000). Essa visão foi



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

compartilhada por outros pensadores como Stuart Mill, que também defendia que a educação deveria ser um direito universal, promovendo autonomia e liberdade de pensamento.

A educação é um direito que deve ser garantido a todas as gerações, especialmente aos indivíduos que foram excluídos do sistema educacional tradicional em algum momento de suas vidas. Esse direito é a base para uma sociedade mais igualitária, na qual todos poderão ter acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal. A ausência de políticas inclusivas que atendem a esse direito constitui uma barreira para a justiça social e para a realização dos direitos humanos fundamentais.

Políticas Públicas Educacionais e a Questão Geracional

As políticas públicas educacionais desempenham um papel essencial na promoção da inclusão de indivíduos fora da faixa etária padrão no ensino superior. Para que essas políticas sejam eficazes, Draibe (2001) defende a necessidade de um monitoramento, avaliação e contínua, permitindo ajustes para se adaptar às mudanças e desafios enfrentados pela população alvo. O PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, é um instrumento fundamental que busca garantir o direito à educação, estabelecendo metas inclusivas para diversos perfis de estudantes. Contudo, os obstáculos enfrentados pelos estudantes fora da faixa etária padrão bloqueiam um olhar ainda mais cuidadoso das políticas educacionais, que devem ser continuamente aprimoradas para que as metas sejam cumpridas e a inclusão seja, de fato, garantida.

O Plano em questão, também prevê estratégias para incluir jovens e adultos no sistema educacional e fornecer os meios para que possam concluir sua formação. Em especial, o Plano também determina que os estados e municípios implementem programas que incentivem a educação de jovens e adultos (EJA), criando caminhos para que os estudantes possam conciliar os estudos com a vida profissional e as responsabilidades familiares. Em consonância com esses objetivos, a PME de Itapetinga, instituída pela Lei Municipal nº 1.275/2015, busca alinhar-se às diretrizes do PNE, promovendo políticas específicas para atender às necessidades da população local. A inclusão educacional é ainda mais crucial em municípios onde o índice de evasão escolar é elevado e os desafios econômicos intensificam a exclusão.

Segundo o relatório anual de monitoramento da PME de Itapetinga (2016), citado por Ferreira, Santos e Mendonça, a análise das metas revela que a implementação das políticas educacionais enfrenta obstáculos que exigem ajustes frequentes. Entre os problemas



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

destacados, estão a falta de recursos suficientes, dificuldades na adaptação curricular para adultos e na carência de profissionais capacitados para atender essa população.

Ferreira, Santos e Mendonça também indicam que o desenvolvimento de uma política educacional inclusiva requer uma abordagem multifacetada, onde o apoio financeiro, social e psicológico são aspectos integrados ao planejamento educacional. Como, o próximo PNE, inspirado no PNE 2014/2024 e os índices de avaliação e monitoramento, pode contribuir para aumentar a inclusão e permanência fora da faixa etária padrão. No atual plano houve a preocupação de assistir o público de 18 anos à 24 na educação superior, conforme a meta 12, todavia ainda ausente no plano o público após 29 anos, que historicamente já é excluído ao acesso à educação.

Portanto, para que as políticas públicas educacionais sejam eficazes na promoção da inclusão geracional, é essencial um compromisso governamental de longo prazo com o monitoramento e a adaptação dessas políticas. Assegurar que o direito à educação seja cumprido para todas as faixas etárias exigidas não apenas a elaboração de leis e planos, mas também um esforço contínuo de implementação prática, com foco nas especificidades dos estudantes adultos que retornam ao sistema de ensino.

Políticas Públicas Educacionais no Município de Itapetinga: Análise do cumprimento das Metas do Plano Municipal de Educação (PME)

O PME de Itapetinga, instituído pela Lei Municipal nº 1.275/2015, estabelece como uma de suas metas a inclusão de jovens e adultos fora da faixa etária padrão, promovendo oportunidades educacionais para aqueles que foram excluídos do sistema educacional formal em algum momento de suas vidas. De acordo com Ferreira, Santos e Mendonça, esta iniciativa representa um avanço significativo para o município, na medida em que busca adaptar as diretrizes do PNE ao contexto local e atender às necessidades específicas de uma população que frequentemente enfrenta obstáculos econômicos e sociais.

O Relatório Anual de Monitoramento do PME (2016) de Itapetinga aponta que, embora haja avanços na implementação das metas de inclusão, alguns desafios persistem, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e à oferta de cursos que se adequam à rotina dos estudantes adultos. Ainda que o PME tenha conseguido implementar programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), muitos alunos relatam dificuldades para conciliar os estudos com o trabalho, o que impacta diretamente a taxa de conclusão dos cursos. Essa



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

realidade reflete um problema mais amplo, em que as metas educacionais, apesar de bem intencionadas, necessitam de apoio governamental contínuo e de políticas públicas mais robustas para alcançar resultados concretos.

No contexto de Itapetinga, a análise das metas do PME reforça a necessidade de políticas públicas adaptadas para atender ao perfil específico dos estudantes fora da faixa etária padrão. Autores como Marilda Ribeiro da Silva e William Robson Cazavechia argumentam que o direito à educação é constantemente renegociado e que, em muitos casos, as políticas educacionais falham em atender às necessidades de diferentes públicos, incluindo aqueles com uma trajetória educacional interrompida. Silva e Cazavechia (2021) discutem como a inclusão educacional exige uma combinação de ações que vão além da simples oferta de vagas, incluindo suporte social, psicológico e financeiro para garantir a permanência dos estudantes.

A análise das metas e da execução do PME de Itapetinga também demonstra a importância de uma avaliação contínua dos Planos Decenais de Educação. Conforme defendido por Draibe (2001), a avaliação é uma ferramenta essencial para identificar falhas e oportunidades de melhoria, permitindo que as políticas sejam ajustadas para atender melhor a população-alvo. Em um cenário em que os estudantes fora da faixa etária padrão enfrentam barreiras adicionais, é crucial que as metas do PME sejam constantemente monitoradas e ajustadas conforme necessário, garantindo que o direito à educação seja, de fato, universal e inclusivo.

Metodologia

A metodologia deste estudo visa delinear o percurso investigativo adotado para abordar o tema proposto. O presente trabalho utiliza uma abordagem mista, combinando pesquisa de campo e análise documental. Segundo Gil (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pela coleta de dados diretamente do ambiente onde os fenômenos ocorrem, permitindo ao pesquisador observar e interagir com os sujeitos envolvidos. Já a análise documental consiste no exame sistemático de materiais previamente elaborados, como relatórios, registros institucionais e legislações, com o objetivo de extrair informações relevantes ao objeto de estudo (Gil, 2002). Essas abordagens permitem uma compreensão mais rica e contextualizada das realidades enfrentadas pelos estudantes fora da faixa etária padrão.

Para a coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, um



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

método que permite ao pesquisador obter informações detalhadas e aprofundadas sobre as percepções e experiências dos entrevistados. De acordo com Minayo (2010), a entrevista é uma técnica qualitativa que possibilita a compreensão das subjetividades dos participantes, permitindo uma análise mais ampla e aprofundada das características do estudo. As perguntas para as entrevistas foram elaboradas de forma a explorar as experiências educacionais dos assuntos, suas motivações e as barreiras enfrentadas para o acesso e permanência no ensino superior.

Além da pesquisa de campo, foi conduzida uma análise documental, focando no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME) de Itapetinga, instituído pela Lei Municipal nº 1.275, de 2015. A análise documental é um método que envolve uma avaliação de documentos e materiais já existentes, contribuindo para uma compreensão contextual do tema (Giorgi, 2008). Essa etapa do estudo possibilitou a observação das diretrizes e metas condicionais para a inclusão educacional no município, fornecendo um panorama das políticas vigentes.

A revisão bibliográfica, embora não seja o foco principal deste estudo, também foi utilizada para embasar a análise das políticas públicas educacionais. Como afirma Severino (2016), uma revisão da literatura é essencial para a formulação de hipóteses e construção de argumentos, permitindo ao pesquisador organizar as informações obtidas e desenvolver um ponto de vista crítico. Essa abordagem também facilita a identificação de boas práticas educacionais e a análise das estratégias de inclusão e permanência de estudantes fora da faixa etária padrão, conforme estabelecido por Gil (2008).

O lócus do estudo é a cidade de Itapetinga, localizada no estado da Bahia, Brasil. O município apresenta características específicas que influenciam a dinâmica educacional e a inclusão de jovens e adultos fora da faixa etária padrão. Os sujeitos da pesquisa são estudantes e educadores locais que participam de programas de inclusão educacional, permitindo uma análise direta das práticas e políticas em vigor.

Resultados e Discussões

Dias Sobrinho (2005) argumenta que a educação superior, inserida em uma sociedade globalizada, enfrenta a tensão entre formar uma sociedade do conhecimento e atender às demandas da economia, o que afeta diretamente políticas de acesso e permanência de grupos



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

marginalizados, como os estudantes fora da faixa etária padrão. Neave (2001) acrescenta que a história das universidades revela um constante embate entre demandas sociais e limitações estruturais, que no Brasil se refletem nas dificuldades de articulação dos Planos Decenais de Educação com as necessidades das populações vulneráveis, como destacam Abreu e Lima (2018). Nesse cenário, políticas afirmativas representam avanços, mas ainda carecem de integração com outras estratégias para assegurar permanência e sucesso acadêmico.

As desigualdades regionais e sociais, ressaltadas por Araujo (2001), somadas às barreiras raciais e de classe apontadas por Silva (2017), evidenciam que muitos desses estudantes pertencem a grupos historicamente desfavorecidos, o que reforça a urgência de políticas específicas. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser fortalecido por ações afirmativas ampliadas e programas de apoio financeiro, acadêmico e psicológico. Como observa Neave (2001), as universidades devem assumir o papel de agentes de transformação social, superando a lógica histórica de exclusão.

Assim, a inclusão e a permanência de estudantes fora da faixa etária padrão não se restringem ao acesso, mas constituem um compromisso com a justiça social e o desenvolvimento humano. Como defendem Abreu e Lima (2018), a articulação entre políticas públicas, práticas institucionais e monitoramento contínuo das metas é fundamental para consolidar uma educação superior mais inclusiva e equitativa.

A categoria geral de "Políticas Públicas Educacionais" nas instituições de ensino superior no Brasil no processo de inclusão de estudantes fora da faixa etária padrão abrange as diferentes iniciativas inovadoras de inclusão e permanência desses alunos nas universidades. As subcategorias "Inclusão no Ensino Superior" e "Permanência no Ensino Superior" refletem as ações institucionais direcionadas para garantir o acesso e o sucesso acadêmico de estudantes que, muitas vezes, enfrentam múltiplas barreiras, como as desigualdades sociais, econômicas e culturais. Enquanto as políticas de inclusão visam ampliar o acesso ao ensino superior, as políticas de permanência apoiam esses estudantes durante sua trajetória acadêmica, oferecendo recursos que vão desde programas de assistência estudantil até ações pedagógicas voltadas para a adaptação às exigências universitárias.

Especificamente, a subcategoria "Fora da Faixa Etária Padrão" destaca os desafios únicos enfrentados por estudantes que, devido a questões diversas como inserção tardia ou intermediária no percurso educacional, não se encaixam no perfil tradicional de faixa etária para



III SEMPER

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

o ingresso no ensino superior. Esses estudantes, além de lidarem com as dificuldades já mencionadas, também enfrentam um estigma social relacionado à idade, o que pode impactar sua integração no ambiente acadêmico. O quadro sugere que, embora existam políticas públicas de inclusão e permanência, ainda são necessários avanços recentes em termos de adaptação das instituições para atender às especificidades desse público. As práticas mais comuns incluem o oferecimento de bolsas de estudo, programas de assistência social, tutorias acadêmicas e ações pedagógicas que consideram o perfil diversificado desses estudantes, mas o acompanhamento contínuo e o fortalecimento dessas ações são considerados fundamentais para garantir uma educação superior mais inclusiva e equitativa.

Os dados revelam que, embora políticas educacionais como o PNE e o PME estejam bem delineadas, sua implementação enfrenta barreiras estruturais e culturais em contextos locais, como em Itapetinga. As entrevistas com gestores evidenciaram a diversidade de práticas de inclusão, que vão desde ações afirmativas, mentorias e cursos preparatórios até apoio financeiro, psicológico e técnico. Entretanto, persistem desafios como dificuldades no monitoramento do desempenho, resistências culturais e insuficiência das políticas em atender plenamente às necessidades dos estudantes fora da faixa etária padrão. Nesse cenário, Dias Sobrinho (2005) aponta o dilema entre a lógica da economia do conhecimento e o papel emancipador da universidade, destacando limitações de políticas inclusivas. Já Neave (2001) ressalta que a trajetória das universidades reflete disputas entre demandas sociais e práticas institucionais, o que se confirma na necessidade de reconfiguração das políticas para garantir acesso, permanência e sucesso acadêmico.

Os depoimentos também mostraram que políticas afirmativas, como as cotas, embora representem avanços, não corrigem integralmente desigualdades estruturais. Araujo (2001) e Abreu e Lima (2018) defendem que políticas educacionais sejam vistas como instrumentos de desenvolvimento social, enquanto Silva (2017) alerta para a influência das desigualdades raciais e de classe nesse processo. Gestores destacaram a importância de bolsas de estudo, assistência acadêmica, grupos de apoio e redes de solidariedade, mas ressaltaram a necessidade de maior integração e sistematização das ações. Em consonância, Bastos e Masson (2018) e Brito (2018) reforçam que a invisibilidade e as dificuldades sociais impactam diretamente a permanência.

Os resultados quantitativos corroboram essa realidade: 80% dos estudantes relataram dificuldade de adaptação acadêmica, 70% enfrentam barreiras financeiras, 60% apontaram



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES, PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

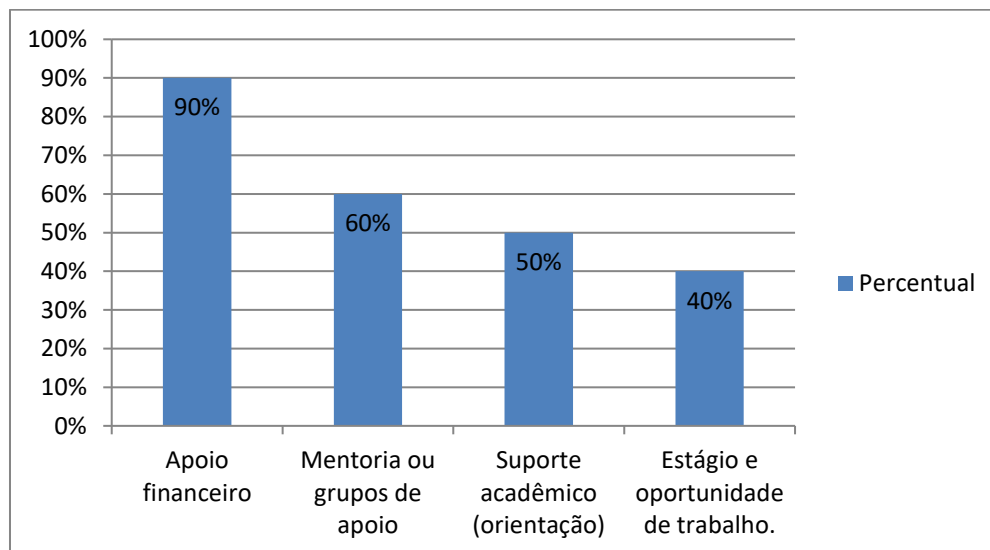
15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

dificuldades de integração social, 50% mencionaram sobrecarga acadêmica e 40% barreiras familiares. Tais dados revelam que, além do apoio financeiro, é preciso ampliar políticas de acolhimento, adaptação curricular e acompanhamento psicossocial para fortalecer a permanência e reduzir desigualdades no ensino superior.

Gráfico 1. Desafios enfrentados pelos discentes ao ingressar na universidade.



Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 1 ilustra de forma visual os dados apresentados no Quadro 2, permitindo uma análise rápida sobre os desafios que mais impactam os estudantes fora da faixa etária padrão. O gráfico de barras confirma a predominância da dificuldade de adaptação acadêmica, com a porcentagem maior (80%), seguida pelas barreiras financeiras (70%). A apresentação visual reforça a ideia de que os estudantes enfrentam uma sobrecarga de desafios ao ingressar na universidade, muitos dos quais podem ser atenuados por políticas públicas e programas de apoio específico

Além disso, os gráficos evidenciam a necessidade de um suporte adicional, seja financeiro, social ou acadêmico, para garantir que esses estudantes possam superar tais desafios e ter uma trajetória bem-sucedida no ensino superior, como planejado por Borges (2017), que sugere que a integração e o suporte são fundamentais para a continuidade na universidade.

Quadro 2. Apoios Recebidos pelos Estudantes Fora da Faixa Etária Padrão

Tipo de Apoio	Quantidade de Estudantes	Porcentagem (%)
Apoio financeiro	9	90%



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Mentoria ou grupos de apoio	6	60%
Suporte técnico (orientação)	5	50%
Estágio e oportunidade de trabalho	4	40%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos apoios recebidos pelos estudantes, o apoio financeiro foi o mais relatado, com 90% de menções, refletindo a grande importância das bolsas e ajudas financeiras para esses estudantes, muitos dos quais possuem dificuldades em conciliar trabalho e estudo. O apoio financeiro é uma ferramenta essencial para diminuir a carga de preocupação com a subsistência e permitir que o aluno se concentre em suas atividades acadêmicas.

A mentoria ou grupos de apoio, indicada por 60% dos estudantes, aparece como um recurso importante para proporcionar um ambiente de acolhimento e troca de experiências, essencial para aqueles que enfrentam dificuldades de integração social. Suporte técnico, como orientação acadêmica, foi apontado por 50% dos entrevistados, o que mostra que um apoio mais direto e específico também é necessário para facilitar o entendimento de processos acadêmicos e administrativos. Já o estágio e oportunidade de trabalho, citado por 40%, é uma maneira de integrar os estudantes à realidade profissional, proporcionando uma vivência prática que complementa a teoria aprendida na universidade.

Esses apoios são alinhados com os achados de Coutinho e Lisbôa (2011), que discutem como a educação superior, ao promover a inclusão de estudantes com diferentes necessidades, se torna um campo de ação importante na formação profissional e pessoal, além de contribuir para uma educação mais equitativa.

O Gráfico 2 ilustra de maneira clara os tipos de apoio recomendados pelos estudantes. A grande maioria (90%) dos estudantes recebe apoio financeiro, o que reforça a relevância desse apoio para a continuidade dos estudos. A seguir, os grupos de apoio e mentoria (60%) aparecem como uma forma importante de integração social e acadêmica. A orientação acadêmica (50%) e as oportunidades de estágio (40%) complementam o quadro de apoio, evidenciando que, apesar dos apoios financeiros serem mais prevalentes, outros tipos de suporte também são necessários para garantir a inclusão e o sucesso acadêmico dos estudantes.



III SEMPED

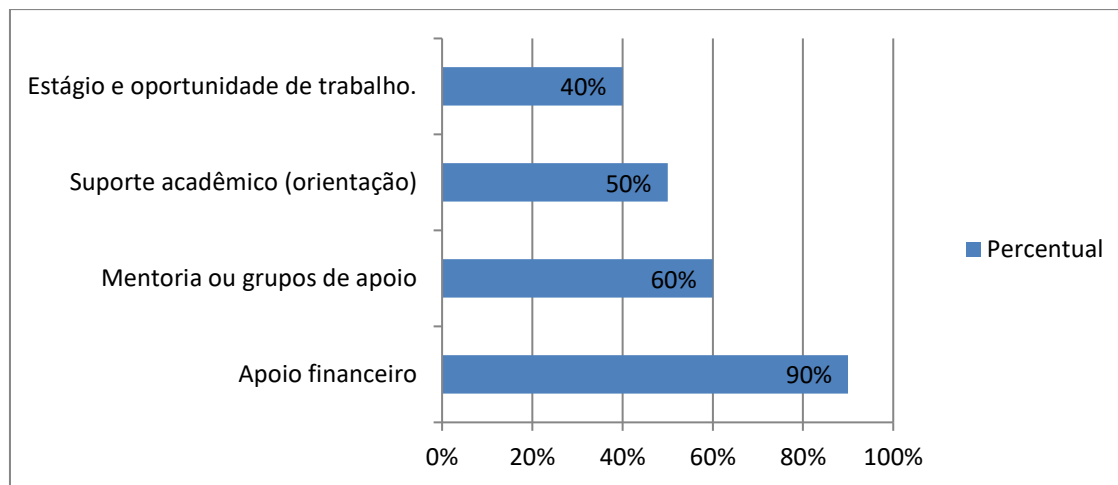
FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Gráfico 2. Tipos de Apoios Recebidos pelos Estudantes Fora da Faixa Etária Padrão



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa evidencia que a adaptação acadêmica (80%) e as barreiras financeiras (70%) são os principais desafios enfrentados pelos estudantes. A dificuldade de adaptação relaciona-se ao ritmo acelerado e às novas dinâmicas acadêmicas, o que exige suporte adicional, sobretudo nos primeiros semestres, por meio de programas de orientação e monitoramento. Já os obstáculos financeiros comprometem a permanência, pois muitos precisam conciliar estudos e trabalho em tempo integral. Nesse sentido, bolsas e auxílios são considerados fundamentais, embora gestores apontem que o acesso nem sempre ocorre em tempo hábil.

Entre os apoios oferecidos, destacam-se: apoio financeiro (90%), essencial para reduzir a necessidade de trabalho excessivo; mentora e grupos de apoio (60%), que favorecem a integração social e acadêmica; suporte técnico e orientação acadêmica (50% dos estudantes e 75% dos gestores), voltados à adaptação e compreensão dos processos universitários; e oportunidades de evolução profissional (40%), que fortalecem a formação e a sustentabilidade financeira.

Conclui-se que, embora o apoio financeiro seja decisivo, sua eficácia depende de ser articulado a ações institucionais mais amplas, como programas de bem-estar, suporte psicológico, inclusão e fortalecimento da rede de apoio. Tais medidas contribuem para a permanência, o desempenho acadêmico e a formação integral dos estudantes, em consonância com a perspectiva de acolhimento defendida por Dayrell (2003).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e apoios vivenciados por estudantes fora da faixa etária padrão no ensino superior, destacando os principais obstáculos enfrentados e os recursos que favorecem sua permanência acadêmica. Os resultados apontam que, embora o ingresso represente uma conquista significativa, esses estudantes enfrentam dificuldades substanciais, sobretudo na adaptação ao ambiente universitário, marcada por novas dinâmicas e exigências, e nas barreiras financeiras, que impactam tanto o desempenho quanto a continuidade dos estudos.

Em contrapartida, verificou-se que os apoios recebidos desempenham papel fundamental para superar tais desafios, sendo as bolsas de estudo, os programas de mentoria e o suporte acadêmico os mais relevantes. Além disso, a análise de questionários e entrevistas evidencia a necessidade de ampliar estratégias institucionais que vão além do auxílio financeiro, incluindo programas de integração social, orientação acadêmica e oportunidades de estágio, de modo a potencializar a adaptação, o desenvolvimento pessoal e a formação profissional desses estudantes.

Referências

ABREU, Elisangela Nunes do Nascimento; LIMA, Paulo Gomes. **Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira.** Laplage em Revista, [S.L.], Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 179-196, 15 maio 2018.

ARAUJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências.** Co-edição: IPPUR/UFRJ-FASE. 2000. **Avaliação de implementação:** esboço de uma metodologia de trabalho. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 5-13, jul. 2001.

BAHIA. **Lei n.1275 de 22, jun. 2015;** Plano Municipal de Educação: Itapetinga, Bahia, jun. de 2015.

BASTOS, Nathália Masson; SILVA, Gabrielle Luz Brasil. **A invisibilidade do aluno de classe baixa em sala de aula:** outro olhar sobre o fracasso escolar. E-Mosaicos, [S.L.], v. 7, n. 14, p. 213-222, 14 maio 2018.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p.101-123, jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14 out. 2024.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRITO, Bruno José de Queiroz. **Permanência qualificada na UFRB: êxito acadêmico e estilo de vida na graduação em Educação Física.** 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana. **Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XX.** Revista de Educação, Lisboa, v. XVIII, n. 1, p. 5-22, 2011.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, set.-dez. 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DRAIBE, Sônia. M. **As Políticas Sociais e o Desenvolvimento no Brasil: o que sabemos e o que precisamos saber.** In: DRAIBE, SM; ARAÚJO, ME (organizadores). Políticas sociais no Brasil: avaliação e desafios. Brasília: Ipea, 2001. p. 15-46.

FERREIRA, JS; SANTOS, RF; MENDONÇA, A.A. **O Plano Municipal de Educação e a Inclusão de Jovens e Adultos: Desafios e Oportunidades.** In: SILVA, MR; CAZAVECHIA, WR (organizadores). Educação para todos: desafios e perspectivas. Itapetinga: Editora Municipal, 2016. p. 45-62.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIORGI, A.M. **Gestão democrática da escola pública.** 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. **A Ideologia Alemã.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NEAVE, G. **Educación superior: história y política; estudios comparativos sobre la universidad contemporánea.** Buenos Aires: Gedisa, 2001.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** ODS 4 – Educação de qualidade. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 14 out. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2009, Caxambu. **Relações raciais, desigualdades, identidades e políticas públicas**. Caxambu: ANPOCS, 2017.

SILVA, M.R.; CAZAVECHIA, W.R. **Direito à Educação: Disputas e Desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 77, pág. 23-45, jan./abr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.